

**PASSADO E PRESENTE DE UM MOVIMENTO SOCIAL: a história dos “sem-casa” e do bairro Capitão Eduardo em Belo Horizonte/MG**

CAPDEVILLE, Evely Najjar\*

**RESUMO:** Este artigo pretende discutir alguns elementos psicossociais da dinâmica de constituição dos atores nos movimentos sociais, tendo como foco as lutas ocorridas em Belo Horizonte por moradia - o movimento dos “sem-casa”, no final dos anos 80. Mais especificamente, me propomos contar a história de um grupo integrante do movimento dos “sem-casa”, assentado no bairro Capitão Eduardo e sua trajetória de lutas. A investigação de cunho qualitativo, com uma abordagem etnográfica, se baseou em pesquisa documental, entrevistas semi-estruturadas, grupo focal e observação participante. A pesquisa privilegiou um “olhar de dentro”, recuperando a voz dos atores em polifonia, através de suas representações e interações. O trabalho de campo compreendeu o período de junho de 2000 a fevereiro de 2001 e os dados aqui apresentados são parte da minha dissertação de Mestrado intitulada “Cidadanias em construção: um estudo de caso junto à Escola Municipal Governador Ozanam Coelho, no bairro Capitão Eduardo – Belo Horizonte/MG”.

**Palavras Chave:** movimentos sociais – cidadania - educação

---

\* Profa. do Departamento de Fundamentos Sócio Histórico Filosóficos da Educação Faculdade de Educação – Campus BH  
UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais  
Rua Pernambuco, n. 47 Portaria B – Funcionários – Belo Horizonte/MG  
[www.uemg.gov.br](http://www.uemg.gov.br)  
Orientadora: Sandra Fátima Pereira Tosta  
Mestre em Educação pela PUC-Minas

**PAST AND PRESENTE OF AN SOCIAL MOVIMENT: the “sem-casa” and the Capitão Eduardo neighborhood history in Belo Horizonte/MG**

**ABSTRACT:** This article pretends discuss about some psicosocial elements from the actors dynamical constitutuion on social movements, taking as focal point the fights befallen in Belo Horizonte – the “sem-casa” movement, on the last years of 80. Particularly, propose to tell the history of a group constituent from the “sem-casa” movement, seated on Capitão Eduardo neighborhood and its fights trajectory. The qualitative investigation, with an ethnographic boarding, was based in documental research, semi-structured interviews, focal group and participant observation. The research granted a “look inside”, restoring the actors voice in polyphony, through their representations and interactions. The period of searching for had been between 2000 june and 2001 february. The data here presented are part of my essay entitled “Citizenship in construction: an case study on the Escola Municipal Governador Ozanam Coelho, in Capitão Eduardo neighborhood – Belo Horizonte/MG” .

**Keywords:** social movements – citizenship - education

## INTRODUÇÃO

Nas décadas de 70 e 80, no Brasil, ocorre com toda a intensidade o que Touraine (1988) denomina luta entre forças de classe pelo controle das orientações culturais, normas sociais e, portanto, pela direção da historicidade. Essa luta provoca a entrada em cena de novos atores, em busca de cidadania política, econômica e social. Nesse período, a participação popular exigiu a democratização nas relações de força e poder no país. A consciência de direitos associada a uma percepção de carências comuns a grandes contingentes da população, mobilizou a luta pela ampliação do acesso ao espaço político e aos benefícios do desenvolvimento econômico como moradia, saúde, educação e transporte. Mas não apenas isso. Nos movimentos sociais, novos atores buscaram:

“[...] reafirmar ou construir sua identidade social, e a identidade de seus membros como cidadãos, a partir da postulação de condições dignas de existência, colocando em evidência um novo plano de conflito: a ampliação dos direitos do cidadão reconhecidos pelo Estado, e a reivindicação da autonomia, pleiteando aumento de seus direitos e contestando a forma de atendimento do Estado que busca o controle da população” (Alonso, 1994:77).

Nesse sentido, junto aos interesses, razões ou vontades que alimentaram os conflitos na sua materialidade vemos perpassar uma luta simbólica onde a igualdade, a justiça e a legitimidade são reivindicadas pelo povo enquanto critérios de tratamento de todos e para todos. A consciência do direito a ter direitos dá plausibilidade às aspirações por trabalho digno, vida decente e civilidade nas relações sociais, recuperando o sentimento de cidadania e, portanto, configurando uma identidade política. De fato, nesse período o povo acreditou que poderia fazer a história e fez, se não amplamente como se desejou, pelo menos em alguns aspectos da vida social e material houve efetivamente ganhos em relação à conquista de direitos da cidadania.

## A LUTA DOS “SEM-CASA” E A HISTÓRIA DO BAIRRO CAPITÃO EDUARDO

Segundo Barret (1996), o processo de mobilização social traz consigo uma luta pela “igualdade” calcada em duas lógicas: a da equivalência e a da diferença. A lógica da equivalência está presente na medida em que posições diferenciadas entre os atores sociais são objeto de luta. E a lógica da diferença coexiste na exigência de equivalência a partir das posições próprias dos agentes. Em outras palavras, “as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza” (Santos apud Scherer-Warren, 1998:21).

Nos movimentos sociais ocorridos no final da década de 80, em Belo Horizonte, estava inscrita uma luta pela igualdade e pela democracia. No caso do movimento dos “sem-casa”, o mote era a luta pelo direito social de moradia. O Movimento dos “Sem-Casa” já havia se organizado, em âmbito nacional, desde 1986. Em 1987, várias famílias da capital, ex-moradores de aluguel em processo de despejo, aderiram ao movimento, em Belo Horizonte.

Essas famílias, pressionadas pelo aumento no valor dos aluguéis, reivindicaram junto ao poder público condições dignas de moradia. Seus componentes eram procedentes de bairros periféricos da cidade, tais como: Goiânia, Nazaré, Jardim Leblon, União, São Marcos e Maria Goreth.

Naquele mesmo ano, integrantes do movimento<sup>i</sup> se concentraram em barracas de lona, no entorno da Igreja São José, centro da capital, exigindo uma posição do então prefeito Sérgio Ferrara. Outras famílias ocuparam outras regiões da cidade. A mobilização dessas famílias nesse período e a adesão de novas famílias nos anos seguintes deram origem a diversos assentamentos em diferentes pontos da capital como: Confisco, na região da Pampulha, Floramar e Mariquinhas, na região Norte e Capitão Eduardo, na região Nordeste. Neste trabalho vamos nos debruçar sobre a história do bairro Capitão Eduardo.

A região onde hoje se situa o conjunto habitacional Capitão Eduardo era constituída por fazendas pertencentes às famílias Marçal e Souza Lima, localizada nos limites entre os municípios de Sabará e Santa Luzia. Devido à falta de pagamento de impostos, a antiga fazenda Capitão Eduardo, cujo nome se deve ao seu então proprietário, foi desapropriada pela Prefeitura de Belo Horizonte – PBH, em dezembro de 1972. Em março de 1975, ela foi destinada ao Serviço de Limpeza Urbana – SLU, pela lei de cessão de uso, para implantação de um novo aterro sanitário para a capital (CEVAE/PBH, 1998).

A luta organizada dos “sem-casa”, cobrando o compromisso do poder público por direitos essenciais, levou a Prefeitura a autorizar a ocupação da antiga fazenda. Foram destinados, na época, trinta e um hectares da área total inicialmente reservada à construção do novo aterro sanitário da capital, para a formação do novo bairro, o “Capitão Eduardo”. A FAMOBH junto a AMABEL, através de suas secretarias de habitação, promoveram o cadastramento e a seleção das famílias a serem indicadas à Secretaria Municipal de Ação Comunitária, órgão responsável pela cessão dos lotes (PBH/URBEL).

O assentamento teve início com aproximadamente cem famílias. O critério utilizado para a cessão dos lotes considerou três aspectos: renda familiar inferior a cinco salários mínimos, residência em BH há mais de cinco anos e a não propriedade de nenhum outro imóvel. Os lotes foram delimitados em 125 m<sup>2</sup> e a Prefeitura doou material para a construção de uma unidade habitacional de 22 m<sup>2</sup>, cabendo a cada proprietário a construção de suas casas. Como a maioria das famílias era composta de pedreiros e donas de casa, isto facilitou o sistema de construção. Nas áreas comuns, as obras de urbanização foram feitas por mutirões (PBH/URBEL).

A proposta inicial da Prefeitura, segundo as cartilhas dadas aos moradores, era financiar os terrenos ao longo prazo. No entanto, aqueles que conseguiram o terreno foram dispensados do pagamento, pelo então governador Newton Cardoso, que, ao final do segundo semestre de 1988, implantou o Conjunto Capitão Eduardo, como parte do plano habitacional do seu governo. Os moradores não obtiveram o título de propriedade porque verificaram, algum tempo depois, que o terreno pertencia a SLU e que a área estava projetada para abrigar um aterro sanitário (Coordenadoria de Direitos Humanos/PBH - Escola de Direito/UFMG, 1997).

Em 1989, os moradores organizaram a AMBACE – Associação dos Moradores do Bairro Capitão Eduardo e começaram a lutar por infra-estrutura. O primeiro presidente da Associação<sup>ii</sup> - o Senhor Moacir Gomes, teve um papel essencial na mobilização dos moradores e nas conquistas para o bairro. A demanda inicial era por água e luz (Capitão Eduardo, 1998). A luz chegou primeiro, seis meses depois do assentamento, graças a uma parceria entre a Usiminas e a Cemig. A população tinha acesso diário à água através de caminhões pipa.

A necessidade do acesso a transporte, esgoto e outros serviços mobilizou a luta por melhores condições de vida dos moradores do Capitão. Podemos perceber as dificuldades

enfrentadas no começo da vida no bairro, através do relato de algumas das primeiras moradoras, hoje funcionárias da Escola Municipal:

**“Magda:** Era uma humilhação. (...) A gente ia pro trevo e enfrentava um sol!

**D. Terezinha:** Ich, a gente caminhava muito, mais da metade vinha a pé.(...)

**Ivanilda:** Foi o presidente da associação do bairro, o Moacir, ele que começou. Ele convidava e não ficava um. A gente às vezes, passava pela Cristiano Machado a pé. Nós começamos indo do bairro São Paulo até na câmara, não foi? Com essa meninada, de garrafa de água, fraudada, mamadeira, o sol quente, sol forte! Na cidade, os motoristas parava no sinal pra dar a gente de comer. Só pra cima e pra baixo com criança. O dia todo lá em volta com as crianças. Muita passeata nós fizemos!” (Grupo Focal)

A indignação presente nos depoimentos não é sem propósito. Nessa época, os moradores precisavam ir caminhando até a BR para tomar ônibus, o que dificultava o acesso tanto para sair quanto para chegar ao bairro. Mas, uma vez conquistada a moradia, a população percebeu que sua mobilização, através da Associação, era fundamental para a continuidade da luta. Outros bens como: água, transporte, escola no bairro etc eram necessários à constituição do substrato concreto de sustentação da vida.

Segundo Prado (2002), a constituição das identidades políticas se torna possível quando a consciência de direitos permite a passagem das relações de subordinação para as relações de opressão, ou seja, na medida em que as fronteiras entre grupos sociais são vividas e experienciadas não apenas como diferenciações sociais, mas principalmente como impedimentos e impossibilidades na conquista da equivalência de direitos.

A história dos moradores do Capitão Eduardo é uma história de luta que se inscreve no terreno da materialidade, das relações simbólicas e no terreno dos direitos sociais de cidadania. Seus cidadãos aprenderam muito arduamente, através de insistentes reivindicações, a participar da cena política. A percepção de interesses comuns e a ação cumprida em solidariedade, através da Associação de Moradores, foram essenciais para dar corpo e continuidade às reivindicações e conseguir modificar a estrutura existente no campo social. O acesso à água só se efetivou um ano e meio depois. A linha de ônibus para o bairro, a Escola Municipal, a Creche, o Posto de Saúde etc, só se tornaram realidade a partir da prática social e da consciência política de classe.

Cada um dos espaços públicos do Capitão Eduardo foi conseguido com muita mobilização e luta dos moradores. A Escola foi a primeira e importante conquista, pois não só abriu o caminho para as que vieram depois, como também foi elemento fundamental para somar forças às reivindicações da população. A Escola foi inicialmente construída pelo governo do Estado, mas não foi inaugurada. E os moradores enfrentavam muitas dificuldades para enviar seus filhos para as outras escolas das regiões vizinhas. Como havia um grande número de crianças e jovens para a educação fundamental, a AMBACE reivindicou junto à Prefeitura e ao governo do Estado uma solução. Então, o governo do Estado repassou a Escola à Prefeitura Municipal.

Ivanilda, Lúcia, Maria, Miranise, algumas das protagonistas dessas lutas e, hoje, mães de alunos e funcionárias da Escola contam essa história:

**“Lúcia:** Foi muita ação, correu muito atrás, né? Na época, quando falava que ia ter uma passeata ou uma reunião, ih, ia todo mundo!

**Maria:** Vinha ônibus pra nos levar, né, pra fazer passeata...

**Ivanilda:** E na época de inaugurar a escola, nós praticamente invadimos esse prédio. (...)Tava novo, mas não tinha carteira, não tinha professora, não

tinha funcionário, não tinha vasilhame, eles colocaram um monte de empecilho.

**Miranise:** Nós fazíamos almoço pras professoras... Cada dia uma trazia bolo, né?

**Ivanilda:** As professora do Pérsio não queria vir, né? Cê lembra? As professoras do Pérsio não queriam vir, porque era um lugar muito sofrido. Não tinha ônibus, não tinha estrada, tudo sem acabar. Aí elas queriam que esperasse mais, até que alguma coisa acontecesse, melhorar, pra poder vir. Só que nós invadimos o prédio, um montão de mãe! (...) Aí inaugurou a escola sem carteira, nossos filho trazia banquinho, a gente trazia merenda no portão pra eles pegar, eles sentavam no chão, e tapete, e almofadinha, escrevendo sem nada. Aí depois veio carteira, nós ficamo todos felizes quando o caminhão chegou. Depois veio o vasilhame. Aí não tinha quem cuidasse da escola. A Dalila reuniu um mucado de mãe, nós todo mundo, voluntárias, nós andava igual um batalhão de mãe. Lavava sala, fazia merenda, cozinhava, trazia comida, almoço, lanche de manhã e de tarde, pra elas nunca passar fome. Foi muitas de nós antiga, Sônia, Dalila, nós cuidamos delas até com merenda e almoço. Mas foi muita luta mesmo, viu? E nós invadimo a escola, a escola funcionou, dia dois de agosto a escola funcionou.

**Miranise:** Quando começou a luta com as chuva, as professora caia no barro....

**Ivanilda:** Caia, tem sapato da Maria José até hoje enterrado no barro, rolavam, atravessava essa baixadinha em cima do caminhão tombado no túnel, mas vieram. Aí ficavam muitas lá que eram mais...

**Sabrina:** Elas falaram que chegavam chorando, a pé, lá da BR. Chorando, segurando a roupa, o ônibus não queria parar, táxi também não parava.

**Lúcia:** Ninguém queria vir aqui, não!

**Ivanilda:** Cê pensa o quê, que era esse asfalto bonitinho? Era um morrão descido, a Margareth, a Margareth rolou.

**Magda:** A Ivone tava grávida, lembra?

**Ivanilda:** Não tinha um carro neste pátio, as professoras não tinha um fusquinha. Nada. Não tinha telefone, elas ficava praticamente isolada. Nós devemos muita obrigação a elas! Elas vinham chorando, mas vinha. Elas ficava isolada da família aqui dentro, sem comunicação nenhuma.

**Lúcia:** As professoras antiga, nós devemos muita obrigação a elas!” (Grupo Focal)

O relato dessas mulheres nos revela uma prática social que não se fixou na carência, na impotência ou na evidência lacunar dos direitos sociais. Nem muito menos diz respeito a uma experiência que interpretou a precariedade das condições materiais de vida como impossibilidade. Nesse depoimento, percebemos a importância da constituição da identidade coletiva para a concretização dos sonhos e a continuidade das lutas.

A identidade coletiva diz sobre o pertencimento a determinado grupo. Este sentimento está presente nas formas de interpretação da história conjunta, nas identidades sociais, nos projetos futuros coletivamente traçados, nas elaborações de elementos do passado para a demarcação de posições identitárias etc. Segundo Prado (2002:66), “a identidade coletiva define também possíveis práticas cotidianas do grupo na constituição de redes sociais”. No caso dos primeiros moradores do Capitão, a persistência, o sacrifício e a combatividade foram

ingredientes que alimentaram não somente suas lutas, mas também sua identidade coletiva e política.

A inauguração da Escola Municipal Governador Ozanam Coelho - EMGOC, cujo funcionamento teve início a partir de 1992, representou uma importante conquista para a população. Além da escolarização que se tornou possível para os moradores, a Escola se tornou um local compartilhado por todos e onde a mobilização dos moradores ganhou visibilidade. A direção, os professores e funcionários, sempre dialogam com os projetos locais. Com frequência, as salas de aula são usadas para reuniões e encontros da Rede Local, da Escola Dominical, das igrejas Católica e Evangélica, Alcoólicos Anônimos – AA, Associação Municipal de Assistência Social – AMAS e outros.

Pouco a pouco, a construção do bairro Capitão Eduardo foi se consolidando, com a conquista de cada um dos seus espaços públicos. Esse processo de edificação do bairro, compartilhado por todos, se deu paripasso ao processo identitário de seus moradores, que aos poucos foram se constituindo em sua condição de cidadãos. A Escola, a creche, o posto de saúde, o CEVAE – Centro de Vivência Agro Ecológico local materializam conquistas que se deram na arena pública dos direitos sociais, revelando não só a consciência de direitos de um conjunto de famílias que corajosamente construíram o bairro, como principalmente a capacidade de reivindicação e negociação ao longo desses quatorze anos.

A luta contra as relações de opressão se estendeu para além das questões de subsistência. Junto à luta pelas melhorias no campo da vida material, os moradores travaram uma outra batalha contra a implantação do aterro sanitário no bairro. Identificados com a região, os moradores brigaram ferrenhamente contra o “lixão”, pois associavam o lixo a uma imagem negativa do bairro e deles próprios, a qual repudiavam. Desde sua criação a AMBACE se atracou com o poder público para evitar a implantação do aterro.

Na verdade, o embate entre os moradores e o poder público se arrastou por muitos anos e o bairro foi alvo de incongruências dos órgãos responsáveis. O litígio sobre o aterro sanitário fez parte do dia a dia dos moradores da região há até bem pouco tempo. Recentemente, uma Lei Estadual de número 13.958, assinada pelo Governador Itamar Franco e publicada em 26 de julho de 2001, criou a APA – Área de Preservação Ambiental da Fazenda Capitão Eduardo, destinando uma área de duzentos e sessenta hectares à preservação e conservação das nascentes, córregos, vegetação nativa e animais silvestres da região. A lei representa uma importante conquista dos moradores do Capitão e bairros vizinhos – Beija Flor, Paulo VI e Borges, abrindo uma nova página na história da região.

Recentemente, além da AMBACE, os moradores se organizaram em uma Rede Local, a partir de um trabalho do CEVAE. Formada desde 1996, a Rede Local de Desenvolvimento Comunitário abrange os bairros Capitão Eduardo e Beija-Flor. Participam da Rede Local aproximadamente vinte entidades: lideranças da comunidade, representantes de grupos e instituições, com o objetivo de trabalhar pela melhoria da qualidade de vida na região.

A idéia de rede se inscreve em um tipo de sistema de solidariedade fundamentado na igualdade e na coesão dos diferentes atores sociais que a compõem, associando esforços em busca da otimização dos resultados e conquista de melhorias comuns ao grupo. A rede pode ter uma dimensão local, restrita a uma determinada região ou grupo, como é o caso da Rede Local de Desenvolvimento Comunitário do Capitão Eduardo e Beija Flor, ou pode ter uma dimensão ampla.

Segundo Pizzorno (1975:39),

“[...] a participação política é uma ação que se cumpre em solidariedade com outros, no âmbito de um Estado ou de uma classe, com vistas a conservar ou modificar a estrutura (e, portanto, os valores) do sistema de interesses dominantes”<sup>iii</sup>.

Portanto, a idéia de solidariedade subjacente à formação de uma rede cria um comprometimento do indivíduo com sua comunidade e da comunidade com cada cidadão, mantendo uma mobilização permanente de seus membros em relação a seu interlocutor – o Estado. No caso da população dos bairros Capitão Eduardo e Beija Flor, a Rede Local cumpre essa função de mobilizar e aglutinar os moradores em torno de ideais e reivindicações comuns.

Dentre as reivindicações mais freqüentes dos moradores e entidades, observadas nessas reuniões, destaca-se a questão da segurança e da violência no bairro, constituindo na época a maior preocupação de todos. A crescente ocorrência de casos como assaltos, roubos, brigas, violências e uso de drogas eram relatados por moradores e entidades, com muita apreensão.

Uma outra questão que se delineou nas reuniões, durante o período observado, foi a demanda das entidades representadas na Rede Local no sentido de implementar maior dinamismo às ações da Rede e estimular a autonomia dos moradores na busca por soluções e encaminhamentos de problemas. Havia um consenso de que as reuniões deveriam superar seu caráter informativo característico até então e assumir uma dimensão mais ativa. Em função disso, havia uma proposta de criar uma secretaria executiva, cujo objetivo seria viabilizar as propostas surgidas nas reuniões.

As reuniões da Rede Local cumprem uma importante função em relação ao poder de mobilização atual da população. Nela participam moradores, lideranças dos dois bairros e representantes das entidades, como centro de saúde, escola, Curumim, creche, igrejas, associações, cooperativas, Projeto Muriki<sup>iv</sup> e outros. Desde o final de 1997, as reuniões da Rede Local vêm acontecendo mensalmente, com rodízio de local na realização dos encontros.

Hoje, o bairro Capitão Eduardo possui em torno de 2.635 habitantes e 627 domicílios, de acordo com pesquisa realizada pela PBH/Programa BH Vida<sup>v</sup>. No conjunto dos habitantes, há 1.292 homens e 1.343 mulheres, predominando uma população jovem e adulta, que se concentra na faixa dos quinze aos quarenta e nove anos.

O exercício dos direitos sociais da cidadania, dentre eles o direito ao trabalho e à remuneração digna, ainda é um sonho para a população do bairro Capitão Eduardo, tal como o é para a maioria da população brasileira. Segundo o BH Vida, a renda familiar de quase noventa por cento dos moradores varia de até um salário mínimo a até cinco salários mínimos. E a porcentagem de famílias sem qualquer fonte de renda atinge 5,27% da população.

Dos seiscentos e vinte e sete domicílios existentes no bairro, 74% dos moradores residem no bairro desde a sua implantação, indicando a fixação e a identificação das pessoas com o lugar. A grande maioria da população (90,59%) é proprietária da construção onde mora e apenas 9% alugam ou faz uso da moradia no local, através de cessão.

Atualmente, todos os domicílios têm energia elétrica, água tratada e 94,7% das residências usam rede de esgoto oficial. O tipo de residência predominante é o de alvenaria e mais da metade das construções possui laje, caixa d'água com tampa e encanamento de água para reservatório, indicando a existência de certas condições básicas de saúde e higiene. Quase a metade das residências tem quintal e quase setenta por cento delas tem acesso à televisão como meio de informação e comunicação.

Os serviços de transporte público, limpeza urbana e pavimentação das ruas principais são conquistas recentes da comunidade. A inauguração da Estação São Gabriel do metrô, integrada ao ônibus, é atualmente mais uma opção de transporte para os moradores, em seus deslocamentos.

O comércio da região resume-se a pequenos estabelecimentos como padaria, sacolão, um pequeno supermercado, loja de entrega de gás, pequenos depósitos de material de construção e outros materiais, atendendo aos moradores de forma precária. A população não dispõe de farmácia, serviço bancário, posto de correio ou posto policial. Há poucas caixas



coletoras de correio e algumas unidades de telefones públicos comunitários espalhadas pelo bairro. Não há papelaria e o serviço de xerox, embora precário, é disponibilizado para a comunidade através da Escola Municipal.

Como parte da política habitacional do município, em 21 de dezembro de 2000, foi decretada a Lei n. 8137 de Regulamentação das ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social, que prevê a regulamentação fundiária de diversas áreas habitacionais na periferia de Belo Horizonte. Em função disso, os terrenos do Capitão Eduardo estão em processo de regulamentação fundiária e, em breve, os moradores receberão seus títulos de propriedade.

Um dado curioso aparece na pesquisa do Programa BH Vida referente à participação da população em grupos comunitários, cooperativas, associações, grupos religiosos etc. Conforme os dados apurados, constata-se que 77,35% das famílias não se inserem ou não participam de nenhum grupo comunitário. Esses dados nos fazem refletir sobre se a atual população do bairro Capitão Eduardo perdeu seu poder de mobilização enquanto comunidade, apesar da sua história de lutas e conquistas. Mas, como nos lembra Prado (2002:64-65),

“[...] as identidades políticas, quando processadas através da mobilização social, são posições suturadas, ainda que precárias, dos sujeitos coletivos. Isto quer dizer que são posições temporárias que expressam a revisão das relações de desigualdade, mas não são nem as únicas possibilidades nem tampouco permanentes”.

Na verdade, em seu início, o bairro se formou com aproximadamente cem famílias mobilizadas na luta pela moradia. Hoje, quase quinze anos depois, seus moradores se multiplicaram em mais de seiscentas famílias e a dinâmica, tanto nas relações de reivindicação como nas práticas sociais, também mudou. A população hoje se organiza de forma diferenciada em relação ao movimento inicial que deu origem à conquista de alguns dos direitos sociais da cidadania.

Conforme Pizzorno (1975), um movimento social só é realmente um “movimento” em seu começo ou por pouco tempo. Depois, a mobilização assume outras formas, tais como a formação de associações, cooperativas, redes de solidariedade etc. Pizzorno trabalha com dois conceitos muito pertinentes para analisar a dinâmica de participação política na sociedade – os “sistemas de interesses” e os “sistemas de solidariedade”. Os sistemas de interesse fundamentam-se nas diferenças que caracterizam os interesses dos atores. Os sistemas de solidariedade se caracterizam por formar áreas de igualdade, que promovem a coesão dos atores em relação aos mesmos interesses.

Esses dois sistemas coexistem e se contradizem na dinâmica social e os indivíduos ora agem conforme seus interesses, ora agem em solidariedade com os outros. Para Pizzorno, entretanto, quanto mais um indivíduo inclui-se em um grupo coeso, mais ele participa, porque a solidariedade aprofunda-se. Nos sistemas de solidariedade, quando o indivíduo está afastado do centro do grupo e fica na área de periferia, a solidariedade não se faz com tanto vigor.

As contribuições deste autor nos fazem ponderar sobre a participação dos moradores do bairro Capitão Eduardo nos processos coletivos de luta pela cidadania. Parte da população atual é participativa nas questões que envolvem o interesse coletivo. Um exemplo disto é a mobilização que ocorre através da AMBACE e da Rede Local. Outra parte, a grande maioria da população do bairro, não participa ativamente e, portanto, situa-se prioritariamente na área designada por Pizzorno de “periferia”. Nessa área, o envolvimento dos indivíduos com as questões comuns é menos profundo, preponderando o sistema de interesses. Contudo, percebemos que a história de lutas desses moradores não chegou ao fim. A tinta que registrou essa trajetória, com as cores da busca pela igualdade e justiça social, permanece ainda disponível para escrever novas histórias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como afirmam Della Porta e Diani (1999), valores e motivações são reformulados ao longo do tempo, nos movimentos sociais. No caso do movimento dos “sem-casa”, que deu origem à luta dos moradores do bairro Capitão Eduardo, não é diferente. As reivindicações materiais e simbólicas que alimentam a construção da identidade coletiva no presente constituem uma tarefa contínua e exigem a criação permanente de significados dentro do próprio grupo. Essa negociação interna para a constituição de uma unidade de luta coexiste com processos de individualização e desmobilização do grupo.

Além disso, a ação coletiva não depende apenas da transformação de valores individuais em coletivos. É preciso identificar novos elementos de convergência e solidariedade compartilhados pelos sujeitos, avaliando a complexa relação entre oportunidade de ação e barreiras para sua efetivação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, Luiza Klein. Movimentos sociais e cidadania: a contribuição da psicologia social. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.). **A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar**. São Paulo: Cortez, 1994.
- BARRET, Michèle. “Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe”. In: ZIZEK, Slavoj (org.) **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: ed. Contraponto, 1996.
- BELO HORIZONTE. Coordenadoria de Direitos Humanos/ UFMG – Escola de Direito. **Relatos sobre as atividades desenvolvidas nas entidades comunitárias**. 1997.
- CAPDEVILLE, Evely Najjar. **Cidadanias em construção: um estudo de caso junto à Escola Municipal Governador Ozanam Coelho, no bairro Capitão Eduardo – Belo Horizonte/MG**. 2002, 239f. Dissertação de Mestrado. PUC/Minas.
- CAPITÃO Eduardo: passado e presente numa visão educativa**. Produção da Escola Municipal Governador Ozanam Coelho. Direção e roteiro de Sebastião Gonçalves e Miriam Bezerra. Belo Horizonte, 1998. 1 fita de vídeo, 40 min., VHS, son., color.
- CEVAE/PBH. **História da Gente e do Lugar da Gente: Capitão Eduardo - Beija Flor**. Janeiro de 1998.
- DELLA PORTA, Donatella e DIANI, Mario. **Social movements: an introduction**. Massachusetts: Blackwell, 1999.
- PRADO, Marco Aurélio Máximo. “Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas”. In: **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 8, n.11, p. 59-71, junho 2002.
- PIZZORNO, A.; KAPLAN, M.; CASTELLS, M. **Participación y cambio social en la problemática contemporânea**. Buenos Aires: Ediciones Siap-Planteos, 1975.
- SCHERER-WARREN, Ilse. “Movimentos em cena... e as teorias por onde andam?” **Revista Brasileira de Educação**, n. 9, set/dez. 1998, p16-29.

TOURAINE, Alain. **Return of the actor: social theory in postindustrial society.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988.

## NOTAS

---

<sup>i</sup> Esse movimento congregou a ação de várias entidades organizadas como: FACEMG, FAMOBH – Federação das Associações dos Moradores de Bairros e Vilas de Belo Horizonte, AMABEL - Associação dos Moradores de Aluguel de B.H., UMPI – União Movimentos Populares Independentes, COMOPOM – Cooperativa do Movimento Popular.

<sup>ii</sup> Depois do sr Moacir Gomes, outros moradores deram sua contribuição à AMBACE, como Edna Maria Vieira, Marilda Rodrigues, Gastão Barbosa e Luciano Cardoso, que é o atual Presidente.

<sup>iii</sup> Tradução nossa.

<sup>iv</sup> Projeto desenvolvido em parceria com a AMAS – Associação Mineira de Assistência Social, cujo objetivo é atender famílias com ocorrência de portadores de necessidades especiais, com problemas mentais, casos de violência, drogas e alcoolismo.

<sup>v</sup> O Programa BH Vida é um projeto modelo de assistência à saúde para o município de Belo Horizonte, desenvolvido na gestão do prefeito Célio de Castro. Como parte do Programa BH Vida, foram realizadas pesquisas de campo pelos agentes de saúde dos Centros Regionais, com vistas a um conhecimento mais profundo das populações locais, em dezembro de 2000.